

# A PÁTRIA – A POLÊMICA COMO DYNAMIS DE UMA CAMPANHA PELA “FRATERNIDADE LATINA” E APROXIMAÇÃO ENTRE PORTUGAL E BRASIL

 Virgínia Camilotti<sup>1,2</sup>

---

## RESUMO

Fundado em 14 de setembro de 1920, mas acalentado por João do Rio desde 1919, quando as campanhas jacobinas se intensificavam no Brasil, *A Pátria*, que foi, inicialmente, concebido como *Pátria luso-brasileira*, diário a ser publicado simultaneamente nos dois lados do Atlântico, restou ser, no Brasil, nas palavras de seu diretor, o único protesto contra a onda lusófoba. E não seria com expediente diferente daquele com que o artista praticou sua literatura – a produção do chocante –, em formato capaz de provocar polêmica e transpor para o âmbito da política o sensacionalismo que desde muito envolvia o noticioso criminal, que João do Rio constituiria seu diário. O artigo, abordando o jornal como espaço cênico, em especial na sua estética discursiva e performativa, explora como a campanha desfechada contra a obrigatoriedade de nacionalização dos poveiros lhe permitiu efetuar uma luta política diária em prol da fraternidade latina e aproximação entre Portugal e Brasil.

---

1 Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Câmpus de Franca. Av. Eufrásia M. Petrágia, 900. Franca, São Paulo, Brasil.

2 Programa Pós-Graduação em História (PPGH)- Unesp. Telefone: (16)3706-8700. E-mail: [virginia.camilotti@unesp.br](mailto:virginia.camilotti@unesp.br).

## PALAVRAS-CHAVE

Fraternidade Latina - Lusofilia - Imigração - Nacionalização - Sensacionalismo Político.

# A PÁTRIA – CONTROVERSY AS THE DYNAMISM OF A CAMPAIGN FOR “LATIN FRATERNITY” AND RAPPROCHEMENT BETWEEN PORTUGAL AND BRAZIL

---

## ABSTRACT

Founded on September 14, 1920, but nurtured by João do Rio since 1919, when the Jacobin campaigns were intensifying in Brazil, *A Pátria*, which was initially conceived as *Pátria luso-brasileira*, a daily to be published simultaneously on both sides of the Atlantic, remained, in Brazil, in the words of its editor, the only protest against the Lusophobic wave. And it would be with a method no different from that with which the artist practiced his literature – the production of the shocking - in a format capable of provoking controversy and transposing into the political sphere the sensationalism that had long surrounded criminal news that João do Rio would constitute his daily. The article, addressing the newspaper as a stage space, particularly in its discursive and performative aesthetics, explores how the campaign that culminated against the mandatory nationalization of Póvoa residents allowed him to wage a daily political struggle for Latin fraternity and rapprochement between Portugal and Brazil.

## KEYWORDS

Latin Brotherhood - Lusophilia - Immigration - Nationalization - Political Sensationalism.

Recebido em: 28/03/2025 - Aprovado em: 20/09/2025

**Editora responsável**

Adriana P. Campos

## Introdução

As primeiras décadas do século XX testemunharam a geração de uma mitologia identitária envolvendo Brasil e Portugal bastante distinta daquelas que cada uma dessas nações formulou para si desde a Independência Brasileira. Distinta do gesto português de projetar uma imagem de si como terra geradora de muitas terras, devotando ao Brasil a imagem de filho maior. E, também, distinta do gesto brasileiro de não devotar a Portugal, nos discursos em que se conta, lugar significativo, ensejando a imagem de uma nação sem pai, filha de si mesma.<sup>3</sup>

Na contramão desses movimentos, e, em veículos que tiveram lugar nestas duas décadas, gestou-se uma efabulação específica que, embora tenha reforçado a figura do Brasil como nação dileta criada por Portugal, não definiu nenhuma relação de subordinação, fazendo dele predominar a imagem de país irmão.<sup>4</sup> De outra parte, ao invés de subtração de Portugal pelo Brasil, inclusão. E, em oposição à noção de uma essencialidade nacional e distante de qualquer patriotismo de exclusão alheia, perfilou-se um Nós expandido – Portugal e Brasil – lastreado na língua; donde o “português” foi predicado ao tronco linguístico do qual deriva – o latim. Uma formulação da relação entre ambos inscrita em termos de paridade, somente possível porque teve como vetor a noção de latinidade<sup>5</sup>. Vocábulo a denotar vínculos identitários derivados da esfera

<sup>3</sup> Lourenço, 2002, p.139-140.

<sup>4</sup> A se levar em conta uma série de peças escritas sobre o Brasil por escritores portugueses e divulgadas na imprensa brasileira e portuguesa, pode-se admitir, até mesmo, a existência de uma inversão: o Brasil, país da plena energia, projetado como figuração modelar, inspiradora e mesmo *dynamis*, passível de subverter a mentalidade e o comportamento derivados do sentimento de decadência portuguesa e estimular a vontade regenerativa daquele país.

<sup>5</sup> Segundo Pierre Rivas, o conceito de *latinidade*, diferentemente do pangermanismo e do pan-eslavismo, nunca admitiu conotações raciais ou racistas. “Mesmo em seus teóricos mais engajados [...], mesmo nas épocas mais passionais [...], princípios afetivos e fixadores intensos nunca virão endurecer, exaltar ou cimentar uma noção que insiste em permanecer um ‘valor frio’, por oposição aos ‘valores quentes’ baseados em mitos ou pulsões como Volkgeist, a Raça, o Sangue etc.”. De outra parte, a apropriação da ideia latina em Portugal no início do século XX foi “republicana, federalista, leiga e naturalmente anticlerical e franco-maçom”. Rivas, 2005, p.12 e p.15.

da comunicação e projetado como território histórico-linguístico, relativo àqueles que conheceram Roma direta ou indiretamente pelo idioma.

Protagonistas na constituição desta mitologia identitária foram o jornalista e literato brasileiro João do Rio e o poeta e pedagogo português João de Barros, sendo a revista *Atlantida*, um dos veículos para sua projeção. Fundada em 1915, durante a Grande Guerra, a *Atlantida*, inicialmente, se quis ponte entre os lugares por onde a língua portuguesa se espalhara, cabendo-lhe o primeiro esboço na cartografia da latinidade. Em 1919, quando se tornou *Órgão do Pensamento Latino no Brasil e em Portugal, incluiria o francês, sem esquecer o galego e o italiano*, com direção também na França a encargo de Graça Aranha. Tendo insistido no caráter de “órgão comum de aspirações e interesses” e de “laço comum de aproximação intelectual e moral”<sup>6</sup> entre Brasil e Portugal, a *Atlantida* publicou textos históricos sobre os dois países e, principalmente, a produção literária de cada um, a fim de dar a conhecer a “mesma pulsação” que “une e prende” ambos os povos<sup>7</sup>.

Ao se considerar a inscrição histórica da *Atlantida* no campo vasto da imprensa, a encontramos no rol das revistas culturais que ganharam profusão no início do XX, como expedientes de intervenção política e estética<sup>8</sup>, em claro antagonismo com os jornais. Os diários, lugares decisivos à sobrevivência dos homens de letras, mesmo como grandes empresas, guardavam posições de grupos políticos específicos, conferindo aos letrados a condição de penas de aluguel. As revistas, porque agrupamentos de intelectuais em torno de ideias, e por eles gestadas, permitiam, nas palavras de João do Rio, “não fazer jornal para os outros”<sup>9</sup>

<sup>6</sup> *Atlantida*. *Atlantida*, ano II, n.13, 1916, p.3-5; p.3.

<sup>7</sup> Discurso de João de Barros. *Atlantida*, ano III, n.28, 1918, p.514-517; p.515.

<sup>8</sup> Sobre o papel desempenhado pelas revistas culturais no início do século XX, cf. Andrade, 2003, p.11-18 e Seabra, 2003, p.19-34.

<sup>9</sup> Trata-se de um desabafo do escritor, manifestado em correspondência para aquele que seria seu parceiro no projeto da revista, mas expressado tempos depois, em 1920, quando intenta criar um diário, e vê escorrer pelas mãos a possibilidade de fundá-lo, dada a dificuldade de vender letras da sociedade que o empreenderia: “Parei uns dias com a história da *Pátria*, porque o cidadão q. se me propunha para gerente, não arranjava nada e já dizia q. o jornal seria dele. Pela 3ª vez fazer jornal para os outros seria demais.” Carta N11/2722 [1919]. In Camilotti e Poncioni, 2015, p.189.

e pautar os debates à intervenção na cidade. Lugar, portanto, decisivo à tessitura de relações entre letras e política, principalmente quando esta última se pretendia doutrinária.

A inscrição histórica da *Atlantida* no campo das revistas culturais portuguesas e brasileiras acusa sua condição de protagonista no primeiro ato das lutas simbólicas entre intelectuais dos dois lados do Atlântico quanto às efabulações identitárias envolvendo Brasil e Portugal. De Portugal, não tardaram acusações de que a *Atlantida* visava a desnacionalização do país<sup>10</sup>. Pelo lado brasileiro, pode-se acompanhar as campanhas contra a *Atlantida* efetuadas pela *Careta*. E a propósito disso, João do Rio declararia a João de Barros: “Os meninos-velhos da *Careta*... descompõem-me.”<sup>11</sup> Situação agravada com a recusa explícita de brasileiros em colaborar na revista. Dentre eles, Coelho Neto e João Ribeiro. Sobre o último, João do Rio informaria a João de Barros: “O João Ribeiro prometeu em novembro um artigo e virou jacobino depois”<sup>12</sup>.

Se o qualificativo jacobino<sup>13</sup> atribuído a João Ribeiro se referia à postura refratária à aproximação entre Brasil e Portugal pelas letras ou por qualquer outra esfera, indicando, por parte do literato, a adesão a um nacionalismo autista, não seria exclusivamente Ribeiro a recebê-lo; o chefe de estado brasileiro, Epitácio Pessoa, que jamais cumpriu a promessa feita em Lisboa<sup>14</sup> de empenhar esforços pela aproximação das duas nações e subsidiar a *Atlantida*<sup>15</sup>, também.

<sup>10</sup> Principalmente pelo movimento da Renascença Portuguesa a partir da revista *Águia*.

<sup>11</sup> Carta N11/2767 [1915]. In CAMILOTTI e PONCIONI, 2015, p.116.

<sup>12</sup> Carta N11/2755 [1916]. In CAMILOTTI e PONCIONI, 2015, p.151.

<sup>13</sup> O adjetivo teve sua origem na Revolução Francesa em referência aos republicanos que defendiam a soberania popular, passando a ser utilizado para qualificar posições extremistas. No Brasil, o termo foi adotado para identificar os partidários de um centralismo na política. Na época de Paulo Barreto tinha também conotação xenófoba e sobretudo lusófoba.

<sup>14</sup> Por ocasião da recepção provida pela *Atlantida* naquela cidade, em 1919, quando do retorno da delegação brasileira à Conferência de Paz, por ele chefiada, e já como presidente eleito do Brasil.

<sup>15</sup> A esse propósito declararia João do Rio a João de Barros: “Vejo nas tuas cartas aflição pelo aspecto q. toma o caso Brasil-Portugal. Mas, quando o Epitácio manda construir uma casa para a Ação Nacionalista, fazes bem em desesperar”. Carta N11/2719 [1921]. In Camilotti e Poncioni, 2015, p.232.

Cenário inóspito: o chefe de estado apoiando as campanhas jacobinas; reações dos portugueses em Portugal, descompondo “todos os brasileiros!” e “chamando-nos de macacos”; os jacobinos espalhando “notícias terroristas de empastelamentos e pancadaria.”<sup>16</sup> Momento insustentável para a continuidade da *Atlantida*. Momento nada propício à luta política doutrinária. Momento de luta política circunstancial em favor da aproximação entre Brasil e Portugal, demandando mudança de veículo para o prosseguimento da campanha, já então tornada batalha, expressa nos seguintes termos por João do Rio: “O jornal não podia deixar de sair em setembro no caso dos poveiros, p. entrar de cara contra essa gente ignóbil – q. é a jacobinada. O êxito é colossal. *A Pátria* é o jornal q. vende mais hoje no Rio.”<sup>17</sup>

Desta feita, exploremos os expedientes estéticos discursivos e performativos adotados pelo jornal *A Pátria* capaz de constituí-lo como agente político e simbólico na cena pública de forte reação jacobina no Brasil republicano.

### ***A Pátria – o veículo adequado à luta política circunstancial***

Fundado em 14 de setembro de 1920<sup>18</sup>, mas acalentado desde 1919, quando as campanhas jacobinas se intensificaram e a *Atlantida* se mostrava ineficaz para a luta política diária, *A Pátria* foi concebida inicialmente como “*Pátria luso-brasileira-Lisboa-Rio*”, um diário com publicação simultânea

---

Trata-se da Ação Social Nacionalista, criada por Álvaro Bomilcar e Alcebiades Delamare, em 1920, e comandada pelo conde de Afonso Celso.

<sup>16</sup> Carta N11/ 2731 [1920]. In CAMILOTTI e PONCIONI, 2015, p.223.

<sup>17</sup> João do Rio refere-se aqui aos pescadores portugueses em atividade no Brasil, originários da região pesqueira de Póvoa de Varzim, daí a adjetivação de poveiros, e sobre os quais se quis aplicar a lei de nacionalização da pesca, exigindo sua naturalização para a continuidade do exercício da pesca na costa brasileira. Carta N11/2747 [1920]. In Camilotti e Poncioni, 2015, p.215.

<sup>18</sup> E com sede no Largo da Carioca, n. 8, o diário anunciava os valores para sua assinatura anual 30\$000, semestral 16\$000, e a venda avulsa para o número do dia no valor de 100 réis e 200 réis para número atrasado.

nos dois lados do Atlântico.<sup>19</sup> No entanto, restou ser ele, no Brasil, “o único protesto contra a onda lusófoba”<sup>20</sup>. Embora publicada apenas do lado de cá do Atlântico, *A Pátria* seria acompanhada ao longe por outra *A Pátria* – *diário da manhã*, fundada em Lisboa no mesmo ano por Nuno Simões<sup>21</sup>.

Chama à atenção o título: apenas o vocábulo “pátria”, sem qualquer especificação. Porém, o seu primeiro editorial intitulado “Nós” não deixa dúvida sobre o propósito do jornal e, principalmente, sobre a adjetivação que, subsumida, fez constar apenas o vocábulo “pátria” presidindo a folha:

O jornal é um veículo de ideias e um *semeador de atos*. Na América ele é mais: é a grande arte americana, a que forma a opinião, a que reflete as vontades e as energias das maiorias. Mais do que a palavra e o livro – o jornal é o *sugestionador*. [...]. Mas não passa de simples coordenador de vontades e opiniões do Brasil inteiro o jornal que tiver, como temos nós, o sentimento do auxílio ao desenvolvimento interno, [...] e a grande vontade de realizar externamente, para o bem brasileiro, a *aproximação latina* e os acordos econômicos de natureza imediata e prática, *um dos quais é com Portugal*.<sup>22</sup> (grifos meus)

Tendo em vista os propósitos que *A Pátria* se atribuiu – de “sugestionador” e “semeador de atos” –, cabe indagar: como a folha se compôs para sugerir a tomada de ação? A partir de quais expedientes a palavra impressa se converteria em atos? E que atos de palavras seriam capazes de provocar ou desencadear ações políticas?

Primeiramente, por meio da estampa de muitas outras palavras que visavam conferir ao jornal lugar de autoridade para proferir e atuar com palavras que, a um só tempo, estimulassem a “fraternidade latina” e esgrimassem contra a onda lusófoba. Algo que se pode estimar com a publicação, em grande formato e na primeira página da edição de lançamento do jornal, da missiva assinada, por Antônio José de Almeida,

<sup>19</sup> Carta N11/276. In Camilotti e Poncioni, 2015, p.181.

<sup>20</sup> Carta em posse dos herdeiros de Joao de Barros. In Camilotti e Poncioni, 2015, p. 220.

<sup>21</sup> A parceria original na fundação da “Pátria – luso-brasileira” seria com Nuno Simões, que teria sido diretor financeiro da *Atlantida*; entretanto essa edição simultânea não aconteceu.

<sup>22</sup> Nós. *A Pátria*, n.1, 15 de set. 1920, p.1.



o presidente português, saudando a iniciativa<sup>23</sup>. E, no segundo número de *A Pátria*, ganhando o mesmo tratamento, a publicação da carta de Francesco Nitti, primeiro-ministro da Itália<sup>24</sup>, na qual em letras garrafais podia-se ler:

O Brasil é uma democracia acessível a todos os ideais da vida atual. Italianos e brasileiros podem entender-se e trabalhar fraternalmente como talvez nenhum dos outros povos. [...] *que o novo jornal trabalhe pelo Brasil, pela Itália e por essa “pátria comum” de amanhã* – na qual ponho toda minha fé<sup>25</sup>. (grifos meus)

Se tais publicações visavam selar uma licença a *A Pátria* para se fazer voz constituinte da liga latina e dissipadora da onda lusófoba, a maciça republicação das palavras de felicitações de vários diários pelo aparecimento do jornal visava assegurar outros reconhecimentos: de sua condição de veículo de imprensa, do seu vanguardismo na adoção de certos formatos, e desses atributos devidos à figura de seu diretor – João do Rio – pelo seu competente e moderno exercício jornalístico e literário.

Dentre as muitas palavras lançadas pelos diários, encontram-se aquelas do jornal *A Noite*<sup>26</sup>, nas quais se explicita a autoridade jornalística e as novidades de comunicação propostas por *A Pátria*:

Prevvia-se, sabendo-se ser João do Rio o seu orientador, que “*A Pátria*” marcaria um grande sucesso. Há nas suas páginas, em cada coluna, a pretensão de agradar [...] o público, a fim de pô-lo ao corrente de tudo no período de vinte e quatro horas. *Saindo fora dos moldes usuais dos grandes órgãos noticiosos, surgiu com uma feição parisiense e moderna com reflexos do personalismo, original e brilhante do seu diretor* que, jornalista, conferencista ou em livro,

<sup>23</sup> Uma carta de Antônio José de Almeida. *A Pátria*, n.1, 15 de set. 1920, p.1. Um telegrama enviado por João do Rio a Antônio José de Almeida atesta que até mesmo o papel para o jornal foi adquirido pelo governo português. Além disso, há carta de Antônio José de Almeida a João do Rio, aceitando o convite para a participar das comemorações do centenário da independência brasileira.

<sup>24</sup> Francesco Nitti foi primeiro-ministro na Itália entre 23 de junho de 1919 e 15 de junho de 1920.

<sup>25</sup> Palavra de Nitti. *A Pátria*, n.2, 16 set. 1920, p.1.

<sup>26</sup> O nosso aparecimento. *A Pátria*, n.7, 21 set. 1920, p.2.

é sempre digno de aplauso.<sup>27</sup> (grifos meus)

*A Rua*, com pequenas diferenças, reiterava a originalidade do jornal:

“*A Pátria*” surgiu com uma feição simpática, denunciadora do “savoir faire” dos que a confeccionam. *Introduz novidades ineditissimas no seu preparo*, originalidades que agradaram. Ótima reportagem, magníficos “clichês”, abundante noticiário carioca, do país e de todo o mundo.<sup>28</sup> (grifos meus)

Mas, que ineditismo enfatizado pelos diários fizeram a distinção d’*A Pátria*? De que expedientes o diário se serviu a fim de cumprir os propósitos que se impôs – travar a luta política circunstancial pela fraternidade latina e contra a lusofobia – configurando-se em verdadeiro campo de batalha, ou, no melhor dos casos, em espécime de ágora impressa, capaz de provocar debates acirrados, a partir de folhas diárias compostas como espaços cênicos. Cenografia essa que tem nos seus enquadramentos, símbolos, seções, gêneros jornalísticos adotados e nas relações entre estes componentes, a importância decisiva na produção de temporalidades e na tarefa de “sugestionar” e semear atos políticos.

Nessa direção *A Pátria* apresentava uma primeira página presidida pelo logo do jornal – um losango com a esfera da bandeira nacional sem os dizeres “ordem e progresso” – sobre o qual se aplicava o nome do jornal, ladeado por frases que concentravam de forma provocativa, irônica ou em tons de denúncia a voz do jornal referente a questões políticas candentes, ou a instaurar questões políticas também candentes: “Enquanto os reis<sup>29</sup> ganham cada dia em popularidade pela sua democracia e sua simplicidade o Sr. Epitácio, que queria fazer da real visita uma visita à sua pessoa, perde em simpatia, fazendo de rei numa democracia.”<sup>30</sup>



<sup>27</sup> Idem, p.2.

<sup>28</sup> Idem, p.2.

<sup>29</sup> O lançamento d’*A Pátria* coincidiu com a visita do Rei Alberto I, soberano da Bélgica, que foi o primeiro chefe de estado a visitar o Brasil após a Grande Guerra.

<sup>30</sup> *A Pátria*, n.9, 23 set. 1920, p.1.

Além deste invariável expediente de gravar junto ao logo, na primeira página, a voz estridente do jornal, estampava também, nas páginas subsequentes, em cabeçalhos menores e, por vezes, no rodapé, as mesmas provocações, sinalizando o assunto ou a luta política a dominar a cena. Eis a voz estridente do jornal no cabeçalho da segunda página da edição de 30 de setembro, anunciando que a página se concentraria em apontar os desmandos e as arbitrariedades do chefe de polícia<sup>31</sup> sobre os trabalhadores, associando tais desmandos às arbitrariedades do próprio chefe de estado: “Sr. Geminiano acaba de descobrir mais uma conspiração para prender os pobres operários indefesos. Esta é para fazer presidente o Rei Alberto, desde que El Rei Epitácio é tão antidemocrático.”<sup>32</sup> . Ou ainda a voz estrepitosa, também em cabeçalho, numa página secundária, da edição de 24 de setembro, entabulando argumentos contra a imigração dos inassimiláveis japoneses: “Eça de Queiroz dizia, que se o japonês viesse para o Brasil, dentro de alguns anos o próprio *Jornal do Commercio* seria escrito metade em português e metade em japonês.”<sup>33</sup>

Os títulos dos artigos de fundo, visando à luta política circunstancial, consistiam em verdadeiras chamadas em tom opinativo a transpor para a política muito do sensacionalismo que sempre se praticou nos diários com relação aos noticiosos criminais.

Na edição de 30 de setembro de 1920, com este título “Os homens suprimem os direitos da mulher! Escândalos sobre escândalos”<sup>34</sup>, buscava-se denunciar e condenar veementemente a concessão exclusiva para homens de diminuição do tempo de interstício para a promoção dos adjuntos da escola primária. E, em 24 de setembro de 1920, com o título incisivo, “De Como se Prova que a polícia é violenta e arbitrária

<sup>31</sup> Trata-se de Geminiano da Franca (1870-1935), que natural de João Pessoa, ocupou, na magistratura do Rio de Janeiro, em 1913, o cargo de desembargador da Corte de Apelação, e, em 28 de julho de 1919, tornou-se Chefe de Polícia do Distrito Federal, onde permaneceu até 1922, quando foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal. Cf. <https://portal.stf.jus.br/ostf/ministros/verMinistro.asp?periodo=STF&id=161> Acesso em 23 mar.2025.

<sup>32</sup> *A Pátria*, n.16, 30 set. 1920, p.2.

<sup>33</sup> *A Pátria*, n.10, 24 set. 1920, p.2.

<sup>34</sup> *A Pátria*, n.16, 30 set. 1920, p.2.

– nacionais e estrangeiros presos conservados na prisão sem nota de culpa”<sup>35</sup>, buscava-se denunciar a arbitrariedade policial, identificando detalhadamente todos os trabalhadores feitos prisioneiros. Um expediente mais que “sugestionador” para que se considerasse a polícia, ela própria, um caso de polícia. Na mesma folha de 30 de setembro, com “Saúde Pública, pistolões a postos!”<sup>36</sup> apontava-se que a tão esperada reforma da Saúde Pública, nos termos do projeto de lei que finalmente a instituía, guardava sérias brechas a privilégios. Um expediente mais que “sugestionador” para que se considerasse a própria polícia um caso de polícia. Vejamos mais detidamente como o artigo fazia jus ao título que denuncia o ilícito:

Na esperada reforma da Saúde Pública há um artigo referente aos interinos em que se declara que eles serão aproveitados desde que tenham serviços relevantes. E só. Entretanto, no regulamento para execução da reforma, foi acrescentado àquelas disposições, claras e terminantes, o seguinte: ‘a critério do governo’. Por aí bem se vê que só os empistolados lograrão ver apontados como ‘relevantes’ os seus serviços, por mais secundários que estes sejam.<sup>37</sup>

Se a grande maioria dos artigos de fundo guardava títulos que visavam a denúncia, o confronto e a provocação, outros lançavam certa suspeição quanto a uma possível ocorrência, atitude, ou posição política, que, a elas se antecipando, já as condenava de partida, as impedindo ou erradicando. Exemplo notório deste expediente é o artigo “Os homens de cor excluídos de formarem diante do Rei Alberto?”<sup>38</sup>, o qual levantava a suspeita de haver a tentativa de impedir os negros de se apresentarem, como brasileiros e integrantes do exército, diante dos reis belgas em visita ao Brasil.

<sup>35</sup> *A Pátria*, n.10, 24 set. 1920, p.2.

<sup>36</sup> *A Pátria*, n.16, 30 set. 1920, p.2.

<sup>37</sup> *A Pátria*, n.16, 30 set. 1920, p.2.

<sup>38</sup> *A Pátria*, n.5, 19 set. 1920, p.2.

Em edição posterior pode-se ver no título “Soldados de cor”, embora em menor proporção em relação ao título desafiante, o resultado vitorioso da artimanha política d’*A Pátria*:

Fundados numa local de “A Folha”, divulgamos, [...], a notícia de que o governo pretendia excluir da divisão do Exército que prestasse continências ao rei Alberto os soldados de cor. Ontem, porém, com justa alegria, vimos que o Exército formara com os seus homens de sempre – brancos, mulatos, pretos – os seus ótimos soldados, exemplares genuínos da grande pátria em cujo seio nunca teve guarida, nem poderia ter, o preconceito de raças.<sup>39</sup>

O mesmo efeito foi buscado a partir de uma variação deste expediente: títulos de artigos de fundo que, ao estamparem o vocábulo “boato”, visavam reverberar o que se propagava como tal ou faziam do próprio jornal autor da inverdade, ou dos rumores. O título “Boato Pírfido”, ao manter um véu de mistério e despertar a curiosidade do leitor, destituía ou condenava antecipadamente qualquer ação discriminatória relacionada aos “não absolutamente brancos”:

Está correndo o *boato* de que, à formatura de 30.000 alunos das escolas municipais, [...] não vão comparecer as crianças de cor. *Ao que se diz*, cada professora recebeu ordem de impedir que à festa desse dia vão os meninos e meninas que não sejam absolutamente brancos. A ordem se existisse seria de um ridículo atroz. *Note-se que não dizemos: impatriótica, desumana, antidemocrática, antibrasileira. Esse boato é uma perfídia.* Nem o prefeito, nem o diretor de instrução, nem os inspetores se poderiam ter lembrado disso.<sup>40</sup> (grifos meus)

O jogo de ironias instalado pelo artigo desde o título até a sua montagem, definindo uma espécie de boato, perfazendo curiosamente uma sequência de denegações, visava inibir preventivamente qualquer tentativa de ação discriminatória em relação aos negros ou dissociá-los de um “nós” brasileiro em formação.

<sup>39</sup> *A Pátria*, n.6, 19 set. 1920, p.2.

<sup>40</sup> *A Pátria*, n.13, 27 set. 1920, p.2.

De seção fixa, além do editorial, *A Pátria* integrava uma “Seção Portuguesa”, que inicialmente ocupou meia página, para, menos de um mês depois, ocupar página inteira, acrescida do subtítulo “Portugal dia a dia”. Ainda que a seção se valesse de informações advindas das agências de notícias para compor o seu noticioso sobre a República Portuguesa, valia-se também de crônicas de costumes, preparadas com antecedência e encaminhadas aos lotes à redação. Estratégia que fazia parecer estar *A Pátria* sempre *cheek to cheek* com as notícias da outra banda do Atlântico.<sup>41</sup>



“Última hora – no mundo, no Brasil, na cidade” constituía outra seção fixa, que privilegiava noticiosos relativos aos países latinos europeus e, principalmente, às repúblicas da Latino-américa.

Novidades sobre os acordos comerciais ou políticos entre os países latinos, por sua vez, eram espalhados pelas folhas, sempre em notícias intituladas e anunciadas a partir de binômios: Brasil-Portugal, Brasil-Bélgica, Brasil-França, Brasil-Itália. Um modo de sugerir ou mesmo forjar a imagem de articulações crescentes entre os latinos.

Uma última seção fixa guardava, ela própria, um título que era, por si só, um convite ao debate, à disputa política e chamamento para o espaço

<sup>41</sup> Progressivamente a seção foi abarcando informações não exclusivamente proveniente de Lisboa, mas também do Porto e de outras regiões de Portugal.

cênico do jornal daquilo ou daqueles que se objetivava confrontar: a coluna “O Bilhete”. A única seção subscrita por João do Rio desenvolvia-se sob a forma de epístola, sempre subintitulada com o nome do destinatário – uma personalidade do mundo político, da imprensa, das letras<sup>42</sup>; ou dirigida a um “sentimento moral” ou “postura” que estivesse na base das práticas políticas que se queria desafiar, a exemplo de “A excelentíssima incompetência”, que tinha no horizonte o maior inimigo d’*A Pátria* – o presidente Epitácio Pessoa.

Não se pode dizer que as folhas, na sua composição, obedecessem, invariavelmente, o mesmo padrão quanto à disposição das seções e dos gêneros adotados no espaço de suas páginas. Concebidas como espaço cênico, pode-se afirmar que a cenografia<sup>43</sup> que as dinamizava correspondia àquela do teatro de revista<sup>44</sup>, uma vez que a disposição dos atos de palavras obedecia à ordem das ocorrências diárias inseridas ou impressas em função da sua temperatura política e do seu potencial de dramatização numa temporalidade que o jornal se queria instaurador. Desse procedimento a nortear a composição d’*A Pátria* tem-se na explosão de uma bomba, supostamente armada por anarquistas nas proximidades da chegada dos reis da Bélgica, a seleção e recolha de ocorrência para vetorizar a campanha contra as arbitrariedades e violência da polícia e da política de segurança do governo de Epitácio Pessoa.

De 18 de setembro, quando *A Pátria* estampa editorial condenando as prisões de operários responsabilizados pelas bombas, acusando o governo de tomar atitudes próprias a estado de sítio sem o declarar<sup>45</sup>, até à notícia-denúncia, de 30 de setembro, intitulada “A polícia persegue os

<sup>42</sup> São bastante eloquentes as epístolas subintituladas – “Sr. Monteiro Lobato”, na edição de n. 29, 13 out. 1920, p.2; “Meu caro Georgino” (diretor do Rio-Jornal), na edição de n.22, 6 out.1920, p.2; “Meu caro Azevedo Amaral”, na edição de n.23, 7 out.1920, p.2.

<sup>43</sup> A origem grega do termo cenografia refere-se aos elementos visuais de uma encenação teatral, aplicáveis também à organização espacial ou exposição de conteúdo, como uma folha impressa.

<sup>44</sup> O teatro de revista surgiu na França na segunda metade do século XVIII como gênero teatral de protesto. Quando de seu surgimento no Brasil e em Portugal manteve a função de crítica política e dos costumes.

<sup>45</sup> Editorial. *A Pátria*, n.4, 18 set.1920, p.1.

operários da *A Pátria*<sup>46</sup>, no curso dos quinze dias daí decorrentes, os atos de palavra d'*A Pátria* denunciavam, comprovavam, provocavam, confrontam os poderes estabelecidos até ele próprio converter-se em alvo e marco da temporalidade dos atos de arbitrariedade.

Se a edição d'*A Pátria* de 25 de setembro<sup>47</sup>, na segunda página, republica matéria do jornal *Correio da Manhã*, dando voz ao chefe de polícia, que em coletiva declarava que nenhum operário teria sido “recolhido” ao xadrez, apenas “vigaristas”; na primeira página, da edição anterior, de 24 de setembro, o diário já havia oferecido ao leitor desmentido muito maior, identificando cada um dos trabalhadores nacionais e imigrantes feitos prisioneiros<sup>48</sup>. E, insistindo com o leitor sobre o seu próprio feito investigativo, articulava as duas matérias-desmentidos, em tons acusatórios, no cabeçalho da segunda página da edição de 25 de setembro:

A polícia desmentiu *A PÁTRIA* com aquele ar superior do ilegal chefe Franca, no mesmo dia em que nós dávamos a lista com os nomes, as profissões de um grande número de vítimas da prepotência policial. [...] A prudência aconselharia o desembargador a calar-se. E ele falou para mentir.<sup>49</sup>

A fim de prolongar as provocações, na terceira página dessa mesma edição, o diário estampa outro cabeçalho reafirmando a verdade d'*A Pátria*: “*A Pátria* vê confirmada sua denúncia contra o chefe de polícia: o Sr. Evaristo de Moraes requererá, hoje, uma ordem de *habeas-corpus* em favor dos operários injustamente presos”.<sup>50</sup>

<sup>46</sup> *A Pátria*, n.16, 30 set. 1920, p.10.

<sup>47</sup> O Trepoff Geminiano e os operários. É mais fácil apanhar um mentiroso... *A Pátria*, n.11, 25 set. 1920, p.1. O título do artigo critica agudamente as atitudes do chefe de polícia da capital federal, associando seu nome ao de Dmitri F. Trepov, chefe de polícia de Moscou e governador-geral de São Petersburgo, conhecido pelo exercício arbitrário de poder.

<sup>48</sup> De como se prova que a polícia é violenta e arbitrária. Nacionais e estrangeiros presos e conservados sem nota de culpa. *A Pátria*, n. 10, 24 set. 1920, p.2.

<sup>49</sup> *A Pátria*, n.11, 25 set. 1920, p.2.

<sup>50</sup> *A Pátria*, n.11, 25 set. 1920, p.3.



Matérias publicadas em 26 e 30 de setembro ocupam-se especificamente de acusar moralmente o chefe de polícia, valendo-se sobretudo do sarcasmo, com alto poder insultuoso: o título “Uma bomba que aterra o desembargador Franca – por um triz o fim da comédia sinistra”<sup>51</sup> notifica o caso de uma bomba lançada pelos próprios policiais na residência de um suposto inimigo político de Geminiano Franca; com o título “Escandaloso! Um comissário D. Juan – de como se inutiliza um flagrante – cenas vergonhosas”<sup>52</sup>, *A Pátria* investe na desmoralização da instituição policial, notificando que o auxiliar direto do chefe de polícia se valia da autoridade de que foi investido para assediar mulheres que recorriam à proteção policial.

Vale destacar que todas as peças publicadas referentes aos atos contra os trabalhadores não foram subscritas, nem por João do Rio ou por nenhum outro, fazendo passar, a partir desses atos de provocação, confrontação e desmoralização, como emitidos pela voz da própria *A Pátria*. Não sendo por acaso que o desfecho da temporalidade de arbitrariedades das forças policiais uma vez instalada se consubstanciase na violência praticada contra os operários do próprio jornal: “Ontem, depois de terminado o trabalho nas nossas oficinas, todos os operários, ao saírem, foram ‘revistados’ pela polícia”<sup>53</sup>. Impondo-se sobre o jornal a violência que ele próprio denunciava, *A Pátria* acabava por se ofertar, ela própria, em sacrifício, pela luta política circunstancial e diária. Diferentemente do que decorreria no “O Caso dos poveiros”, no qual o desfecho da temporalidade de arbitrariedades contra os pescadores de origem portuguesa, uma vez instalada, demandaria oferta em sacrifício muito além da própria *A Pátria*, como órgão de imprensa.

<sup>51</sup> *A Pátria*, n.12, 26 set. 1920, p.10.

<sup>52</sup> *A Pátria*, n.16, 30 set. 1920, p.10.

<sup>53</sup> “A polícia persegue os operários de ‘A Pátria’”. *A Pátria*, n. 16, 30 set. 1920, p.10.

## ***A defesa dos pescadores portugueses – da polêmica ao sacrifício***

Em uma carta bastante aflita João do Rio justificava ao amigo português João de Barros o lançamento do jornal em setembro, aproveitando-se da alta temperatura política do caso dos poveiros, já que o caso permitia, a um só tempo, uma estrondosa repercussão do jornal no momento de seu aparecimento, e a constituição de um carro-chefe para a luta diária contra a lusofobia. Sendo assim, *A Pátria* apostou na produção de uma barulhenta polêmica em torno da Lei de Nacionalização da Pesca, tratando, ao compasso dos dias, de articular a partir de matérias espalhadas pelo espaço cênico de cada folha e dos variados itens cenográficos que adotava – cabeçalho, rodapé, títulos de artigos, inquirições diretas, bilhetes, e, principalmente, a seleção de eventos – os temas da imigração e da “personalidade étnica” do brasileiro.

Se nos primeiros números, especialmente o segundo, de 16 de setembro, *A Pátria* se ocupou, em meio à notificação das prisões arbitrárias de operários que comentou, de esclarecer os termos da Lei de Nacionalização da Pesca e sua aplicação<sup>54</sup>, já, em 19 de setembro, estampou um artigo de fundo, cujo título transformou toda a questão da lei e suas decorrências em “O Caso dos poveiros”<sup>55</sup>, em referência àqueles que seriam os maiores penalizados com a exigência de naturalização para o exercício da pesca em águas brasileiras. E, se na segunda edição do diário de 19 de setembro<sup>56</sup>, *A Pátria*, por meio da Agência Americana, notificava as primeiras naturalizações de pescadores portugueses, na longínqua Belém, menos de dois dias depois, o artigo “O caso dos poveiros – a naturalização à força de 1.200 homens que nada fizeram no seu heroísmo humilde senão trabalhar” carregava de dramaticidade o caso dos pescadores portugueses na capital federal, associando-o à quadra de desmandos do governo de Epitácio Pessoa:

<sup>54</sup> O caso da nacionalização da pesca. *A Pátria*, n. 2, 16 set. 1920, p.2.

<sup>55</sup> O caso dos poveiros – em que prejudicam o Brasil 1200 pescadores portugueses que vão ao mar alto buscar peixe? *A Pátria*, n.5, 19 set. 1920, p.7.

<sup>56</sup> O caso dos poveiros – algumas naturalizações. *A Pátria*, ano I, n. 6, 19 set. 1920, p.10.

A nacionalização da pesca assume seu aspecto mais inglório, seu período agudo de violência. Dentro de poucos dias termina o prazo para a naturalização dos poveiros – naturalização compulsória, que, fora da sua feição de desmando político de ingratidão e brutalidade, nada mais exprime. Este gesto é o mais infeliz de quantos tem visão o trabalhador.<sup>57</sup>

Apresentando dados precisos sobre o número de poveiros, 1200, entre os 9.200 pescadores brasileiros, todos instruídos pelos portugueses ao longo de muitos anos, o artigo demonstra a impropriedade dos argumentos sobre a concorrência entre os dois grupos e, principalmente, do argumento de que a Lei de Nacionalização da Pesca seria a garantia de defesa da costa brasileira:

O poveiro é uma insignificante minoria e não pode ser concorrência prejudicial contra ninguém. Mas, ainda que [o] fosse, a medida que se pretende repugna aos sentimentos da nação [...]. Em suas 71 embarcações o poveiro há sido o exemplo da mestria entre as ondas e da maior lealdade perante o país; [...] ampliou a indústria da pesca no Brasil, criando uma escola de que saíram os inumeráveis pescadores brasileiros, seus filhos e netos.<sup>58</sup>

E foi, justamente, na esteira desta denúncia sobre a violência cometida contra uma tradição que *A Pátria* desfechou, no mesmo artigo de fundo, a argumentação jurídica contra a própria lei e sua decorrente aplicação:

a lei em questão confunde duas coisas: a nacionalização da pesca e a nacionalização do pescador. Uma é a defesa das águas territoriais do país. A outra é o cerceamento, a supressão da liberdade, assegurada, aliás pelo pacto fundamental da República. A primeira é um ato de soberania; a segunda, a falência das capacidades.<sup>59</sup>

<sup>57</sup> O caso dos poveiros – a naturalização à força de 1.200 homens que nada fizeram no seu heroísmo humilde senão trabalhar. *A Pátria*, n.7, 21 set. 1920, p.5.

<sup>58</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>59</sup> O caso dos poveiros – a naturalização à força de 1.200 homens que nada fizeram no seu heroísmo humilde senão trabalhar. *A Pátria*, n.7, 21 set. 1920, p.5.

Se “em toda parte do mundo em que há pesca”, continua o artigo escalando argumentos, “o poveiro é o agente de competência, o operário, de cujo patrimônio cívico nenhuma lei cogitou arrancar o direito de ser português”, por que o Brasil, uma “democracia, em que o chefe de Estado denomina os portugueses de compatriotas de além-mar”, promulga uma lei que é “um desmentido ao sentimento de fraternidade que faz portugueses os brasileiros em Portugal e brasileiros os portugueses no Brasil”?<sup>60</sup>

Uma vez lançados todos os argumentos com que A Pátria encaminharia a campanha pelo direito dos poveiros, em editorial, de título “A imigração”<sup>61</sup>, na edição de 22 de setembro, passada uma semana de seu lançamento, o diário aponta o elemento contra o qual a campanha em defesa dos pescadores portugueses angariaria continuidade:

Devemos ativar a corrente italiana e a corrente lusitana, [...], que nos auxiliam na defesa do caráter de nossa raça, e que não veem para o Brasil explorar negociatas. [...] Com a Itália, não passamos de ternuras teóricas. Com Portugal [...] surgem perseguições [...] contra os poveiros. Em compensação as raças [...] inassimiláveis querem enviar grandes massas para o Brasil. Uma delas é a japonesa [...] aceitar remessas nipônicas em toneladas é criar estupidamente um perigo muito sério.<sup>62</sup>

Ato contínuo, em 23 de setembro, tencionando incensar a instalação de polêmica e disputar a opinião pública com os jacobinos, *A Pátria* lançou mão de entrevista com os próprios poveiros a fim de lhes dar voz para condenar a corrente imigratória com a qual se pretendia substituí-los. Em título que combina referência à aplicação da Lei de Nacionalização, à injustiça para com os portugueses e à ameaça de desabastecimento de peixe no Rio – “A nacionalização dos poveiros – uma grave injustiça que se esboça – o Rio vai ficar sem peixe”<sup>63</sup>, pode-se ouvi-los:

<sup>60</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>61</sup> *A Pátria*, n.8, 22 set. 1920, p.2.

<sup>62</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>63</sup> A nacionalização dos poveiros – Uma grave injustiça que se esboça - O Rio vai ficar sem peixe!!! *A Pátria*, n.9, 23 set, 1920, p.3.

Madrugada, no Mercado. Chegam da barra os poveiros.

- Veio do Mar?
- Se não faço outra coisa há trinta anos!
- Pesca há esse tempo todo?
- Isso não! Lá na Póvoa em Vila Garcia d’Hespanha, corri o mar largo mais uns vinte ...
- E esse rapaz?
- É meu filho.
- Português?
- Não, senhor, é de cá. [...]
- Imagine o senhor: querem obrigar um pobre homem como eu a esquecer sua terra, a renegá-la, sem necessidade nenhuma. [...]
- Será preciso deixar de ser português para amar-se o Brasil?! [...]
- Mas os poveiros não se naturalizarão?
- Só temos uma coisa a fazer: irmos embora. *Se desconfiam de nós, de nada servirá ao país que nos deixemos naturalizar. Podíamos imitar os alemães e, agora, os japoneses. Estes se naturalizam, mas o que eles hão de ser é, apenas, alemães e japoneses e nenhuma dedicação poderão ter por uma terra que não está ligada à deles por coisa nenhuma.* [...]
- Propala-se que vocês já estão parando os barcos
- Cessaram de trabalhar, hoje, 33.[...]
- E ficaremos sem peixe?
- Parece.<sup>64</sup> (grifos meus)

Embora o leitor d’A *Pátria* já tivesse ouvido dos próprios poveiros por qual corrente imigratória o português seria preterido na formação da “personalidade étnica” do brasileiro, a edição de 24 de setembro<sup>65</sup> constitui uma demonstração cabal de como, no espaço cênico da folha, os eventos que irrompiam na ordem dos dias eram embrenhados na defesa do traço português ou latino na formação do brasileiro.

A primeira página dessa edição em correspondência com o noticioso “A nacionalização dos poveiros – um assumpto que começa a apaixonar a opinião – o presidente e os Reis dos Belgas recebem os humildes pescadores”<sup>66</sup>, que visava provocar forte comoção pública apresentando

<sup>64</sup> Idem, p.3.

<sup>65</sup> A *Pátria*, n.10, 24 set. 1920.

<sup>66</sup> Idem, p.1.

os poveiros, em meio à visita dos reis belgas, em total submissão ao poder constituído, predizendo o “retraimento de uma colonização indispensável para nós”, publicava outro noticioso, “O Samurai Japonês e o Brasil”. Este, em tons dramáticos, registrava a invasão das terras indígenas pelos japoneses no Vale do Paraíba e informava a sanção de uma lei pelo governo de Minas Gerais que concedia “diversos favores a uma empresa japonesa resolvida a ‘ensinar’ aos mineiros a fazerem seda”. Finalizava a sequência de notificações a envolver os japoneses com notória convocação: “É possível gritar alerta! Ao governo brasileiro?”<sup>67</sup>

Dando curso a esse entrelaçamento de campanhas que, em verdade, era uma só – pela preponderância de traços latinos na política imigratória e na formação da “personalidade étnica” brasileira – *A Pátria*, ao longo de quinze dias, levou correlatamente a seleção de eventos, suas notificações e amplificações por meio dos mais variados gêneros – enquête, entrevista, reportagem e investigação – em total contraponto o “O Caso dos poveiros” e aquilo que nomeou como “O perigo Amarelo”. Sem descurar, todavia, dos alemães, já caracterizados como etnia resistente à assimilação<sup>68</sup>.

De títulos aparentemente ingênuos como “Amarelos na Costa!” ou “Japoneses ... no porto!”, passa-se à estreita associação entre a chegada destes ao Brasil e a forçada naturalização dos poveiros, entre a invasão dos primeiros e a expulsão dos segundos, tanto quanto dos indígenas, como enfatizado em “O perigo Amarelo – os japoneses que vivem no Brasil põem as unhas de fora e atacam e espoliam patrícios nossos”<sup>69</sup> e “O caso dos poveiros”<sup>70</sup>, onde já se pode ver claramente a associação da prática de favorecer japoneses e inviabilizar portugueses nas mãos

<sup>67</sup> *A Pátria*, n.10, 24 set. 1920, p. 1.

<sup>68</sup> Dentre as inúmeras notícias que alardeiam o perigo alemão tem-se “O ‘Curvello’ chegou à noite – aumenta a emigração alemã para o Brasil”. *A Pátria*, n.9, 23 set. 1920, p.10 e “As escolas alemãs em Santa Catarina”, *A Pátria*, n.6, 30 set. 1920, p.2; o notício registra que somente após a fiscalização federal sobre essas escolas subvencionadas alemãs “deixaram estas de insistir em não ensinarem a língua portuguesa.”

<sup>69</sup> *A Pátria*, n.13, 27 set. 1920, p.1. Ainda mais em “A invasão dos amarelos – O grande número de japoneses em Campo Grande, Jequiá e Iguape, no Estado de São Paulo”. *A Pátria*, ano 1, 29 set. 1920, p.1.

<sup>70</sup> *A Pátria*, n.13, 27 set. 1920, p.2.

do Comandante Villar<sup>71</sup>, responsável por garantir a aplicação da Lei de Nacionalização da Pesca:

A defesa nacional nada tem que ver com isso. E tanto é assim que o Sr. Comandante Frederico Villar, patriota, indo a Cabo Frio deixou os poveiros sob o dilema de “naturalização ou proibição de pescar” no Rio de Janeiro e [...] à falta d’eles [de peixes] no mercado, fundou uma escola de pesca com “professores japoneses”. [...] Os japoneses que assaltam os nossos índios podem ficar dentro “ensinando pesca aos brasileiros”.<sup>72</sup>

Além é claro de encontrarmos esta associação no próprio cabeçalho, da mesma primeira página, ladeando o logo:

Dois pesos, duas medidas e nacionalismo ou perseguição: é positivo, é verdade o que dizemos da ação japonesa, em vários pontos do Brasil, a começar por Cabo Frio ... Mas aí o nacionalismo que resolveu perseguir só os poveiros como perigo nacional, concorda que os Japoneses sejam professores e façam manifestações ao Sr. Villar.<sup>73</sup>

Ao mesmo tempo que *A Pátria* avançava para o campo político, inquirindo dos senadores e deputados da câmara a opinião sobre a imigração japonesa em ampla enquête publicada nas edições de 26 e 28 de setembro, recolhendo descrições psicológicas efetuadas sobre a “raça” – “o japonês é o perigo. Onde está um japonês está um espião. A raça tem faculdades subtilíssima de insinuação. É penetrante, sub-reptícia. Sabe dominar”<sup>74</sup>. Faz publicar uma consulta realizada com notório saber jurídico sobre a legalidade do impedimento de pesca recaído sobre os poveiros à luz da Lei de Nacionalização da Pesca: “Do que fica expandido se conclui que em face da legislação vigente sobre pesca pode haver pescadores cuja nacionalidade não seja brasileira: e que a nacionalização

<sup>71</sup> Frederico Villar (1875-1964). Capitão de Fragata, encarregado de executar as medidas de nacionalização da pesca na costa brasileira.

<sup>72</sup> *A Pátria*, n.13, 27 set. 1920, p.2.

<sup>73</sup> *A Pátria*, n.13, 27 set. 1920, p.1.

<sup>74</sup> *A Pátria*, n.14, 28 set. 1920, p.1.

da pesca projetada no Decr. nº 478 de 1897 não importa necessariamente a nacionalização dos pescadores.”<sup>75</sup>

Ao que conclui o artigo sob maiores ironias: “Como hoje se quer proibir os poveiros de lançar as suas redes nas águas brasileiras, amanhã alguém se pode lembrar de proibir os estrangeiros de lançar as sementes do pão à terra brasileira.”<sup>76</sup>

Se na edição de 3 de outubro *A Pátria* traz, em letras garrafais no cabeçalho de sua primeira página, uma enfática declaração de propósito em relação à luta bifronte que o jornal travava – “Este jornal foi fundado para dizer tudo desassombradamente e pelo bem do Brasil. E ele há de fazê-lo e falar bem forte porque ‘somente os povos que têm quem lhes fale são grandes e soberanos’”. Também estampa, centralizado na mesma página, o artigo de longo título – “Os poveiros perseguidos, com embarcações varejadas, resolvem expatriar-se, fazendo uma tocante declaração. O Pessoal do Comandante Villar assalta uma embarcação, expulsa os pescadores e arrecada o peixe” –, e, logo abaixo, à esquerda, correlacionado “O perigo japonês – a imigração japonesa é a maior ameaça que paira sobre o Brasil – o nipon, com seu sorriso amarelo, vai tomando posse das nossas terras”<sup>77</sup>.

Quem se deparasse com os registros da extrema violência do Comandante Villar sobre os poveiros e o anúncio da iminente catástrofe a pairar sobre o país com a imigração japonesa, poderia julgar estar testemunhando o desfecho da temporalidade de arbitrariedades instalada contra os poveiros e da luta contra a onda lusófoba por parte d’*Pátria*. No entanto, a edição de número 20, de 4 de outubro, das 5 da manhã, traz duplo cabeçalho. Num deles se podia ler – “Os poveiros abandonam para sempre a pesca no Brasil, e vão ser repatriados, o caso repercute de modo que talvez tenhamos a proibição da emigração portuguesa para o

<sup>75</sup> O caso dos poveiros – a resposta do ilustre jurisconsulto dr. Sidônio Leite”. *A Pátria*, n.14, 28 set. 1920, p.2.

<sup>76</sup> Idem, p.2.

<sup>77</sup> *A Pátria*, n.19, 3 out. 1920, p.1.



Brasil”<sup>78</sup> –, encimando o artigo de fundo, intitulado “O Caso da Agressão”, o qual, à primeira vista, poder-se-ia supor referir-se à violência desferida pelo Comandante Villar sobre os pescadores portugueses. No entanto, “O caso da agressão” se reporta à violência ou ao espancamento desfechado pelo Comandante sobre o próprio diretor d’*A Pátria*, João do Rio:

se alguém duvidasse dos excessos do temperamento desse senhor, forçando, contra a Constituição, meia dúzia de poveiros portugueses a abandonar a pesca no Rio de Janeiro – o caso de anteontem seria prova da mentalidade que preside a tal campanha. Mas o sr. F. Villar, nas suas permanentes crises de cólera [...] mandava-me prevenir pelos pobres pescadores a quem defendo que um dia empastelaria este jornal [...]. Mas o sr. Villar vendo-me ontem entrar num restaurante, o sr. Villar fardado e batendo nos galões, o sr. Villar a quem eu não conhecia, veio para mim de punho fechado, acompanhado de um troço de camaradas [...]. Por quê? Porque eu, como o Sr. Solidônio Leite, como o sr. Clovis Bevilacqua, como o Brasil inteiro, acho ilegal, antipático o modo porque se expulsou um bando de pobres pescadores portugueses! [...] porque um jornal discorda da execução violenta [...] de uma lei, o executor dela vem para a rua querer atacar a braço o jornalista que com ele não concorda?<sup>79</sup>

Ao se deixar ser vítima da violência da onda lusófoba, João do Rio se oferece em sacrifício à luta pela fraternidade latina e, especial, pela lusofilia, conseguindo a partir disso mobilizar em sua defesa e contra os jacobinos na sua sanha e fúria, a solidariedade da Câmara dos Deputados e do Senado, como atestam os artigos de fundo que *A Pátria* tratou de estampar como “O caso dos poveiros na Câmara”<sup>80</sup>, em 8 de outubro, e “A Repercussão da atitude do Sr. Villar na Assembleia Legislativa Fluminense”<sup>81</sup>, até o ponto de conseguir trazer para a “Seção Portuguesa” os registros da reação em Lisboa, sobretudo das manifestações de desagravo ao diretor do jornal pelo ataque sofrido por defender os portugueses, sob os

<sup>78</sup> *A Pátria*, n.20, 4 out. 1920, p.1.

<sup>79</sup> O caso da agressão. *A Pátria*, n.20, 4 out.1920, p.1.

<sup>80</sup> *A Pátria*, n.23, 7 out. 1920, p.1.

<sup>81</sup> *Idem*, p.3.

títulos “A repercussão do caso dos poveiros em Portugal”<sup>82</sup> e “A imprensa lisboeta e a atitude do diretor de *A Pátria*”<sup>83</sup>. E, finalmente, conseguindo comprometer Portugal e os portugueses do outro lado do Atlântico contra a onda lusófoba, tornando *A Pátria*, finalmente, próxima daquilo que inicialmente idealizou – “Pátria luso-brasileira-Lisboa-Rio”.

Ao realizar-se nos termos como foi saudada pelos jornais concorrentes – “fora dos moldes usuais dos grandes órgãos noticiosos” – *A Pátria* – de João do Rio – desferiu na cena pública atos de palavras capazes de provocar e desencadear ações políticas. Por meio de chamadas nominais à polêmica e ao debate, de dramatizações cortantes de injustiças e violências, e inclusive da oferta do próprio corpo para estampa da luta, o diário constitui-se importante agente político e simbólico de defesa da lusofilia, em contexto de forte reação jacobina no Brasil republicano, intervindo sensivelmente a favor da fraternidade latina e aproximação entre Portugal e Brasil.

## **Bibliografia**

- ANDRADE, Luís Crespo de. “Introdução – quatro notas breves.” In: REIS, António et. al. (Org.) *Revistas - ideias e doutrinas - leituras do pensamento contemporâneo*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 11-18.
- CAMILOTTI, Virginia; PONCIONI, Claudia (Org. e notas). *Muito d’Alma – cartas de Paulo Barreto (João do Rio) a João de Barros (1909-1921)*. Rio de Janeiro: ABL; Garamond, 2015.
- LOURENÇO, Eduardo. “Nós e o Brasil: ressentimento e delírio.” [1986] In: *A nau de Ícaro e imagem e miragem da lusofonia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 135-145.
- REIS, António et. al. (Org.) *Revistas - ideias e doutrinas - leituras do pensamento contemporâneo*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- RIVAS, Pierre. “Gênese da ideia geopolítica moderna de latinidade e função no campo das relações intelectuais entre a França e mundo luso-brasileiro.” In: *Diálogos interculturais*. São Paulo: Editora Hucitec, 2005, p. 10-24.

<sup>82</sup> *A Pátria*, n.24, 8 out. 1920, p.12.

<sup>83</sup> Idem, p.12.

SEABRA, José Augusto. “Revistas e movimentos culturais no primeiro quarto do século.” In: REIS, António et. al. (Org.) *Revistas - ideias e doutrinas - leituras do pensamento contemporâneo*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 19-34.

#### **Disponibilidade de dados**

Os dados e demais informações obtidas para o presente estudo estão no próprio texto.